



01/10
Faf

CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE FUNDO DE PASTO – CENTRAL –
CNPJ: 03.648.395/0001-21

ESTATUTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE ATUAÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO ANO SOCIAL

Artigo 1º. A CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE FUNDO DE PASTO, doravante e simplesmente CENTRAL, é uma Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e de promoção social, aprovada por unanimidade em votação de todos os representantes das Associações dos Produtores dos Fundos de Pasto dos municípios de Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, e do Território, no Estado da Bahia, fundada em 25 de novembro de 1999, nos termos da legislação em vigor, rege-se pelo presente Estatuto, tendo:

- I – Com sede no Parque de Exposição e Comercialização CENTRAL, rodovia BR 242, KM 485, na zona rural do Município de Oliveira dos Brejinhos, Bahia, Fórum na Comarca de Oliveira dos Brejinhos, com atuação em todo o território nacional;
- II – Para efeito de admissão de associadas, os municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, Bahia, podendo expandir em conformidade com a necessidade;
- III – Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido de primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro;
- IV – Representação legítima das Associações de Fundo de Pasto do Território.

Artigo 2º. A CENTRAL não fará distinção de religião, cor, raça, sexo, filiação partidária ou ideais e no desenvolvimento de suas atividades observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

CAPÍTULO II
DO OBJETIVO SOCIAL

Artigo 3º. A CENTRAL, com base na colaboração recíproca a que se obriga a suas associadas, tem por objetivos principais:

- I – Organizar a produção e a comercialização da caprinocultura, ovinocultura e agricultura dos (as) produtores (as) dos Fundos de Pastos e do Território, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais;

1
Esterreiro E. Ferreira

- 02140
JF
- II – Fortalecer a organização das Associações em vista da conservação do Meio Ambiente e do Sistema de Fundo de Pasto.

Artigo 4º. Para a concepção dos seus objetivos gerais, deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades específicas:

- I – Facilitar a comercialização dos produtos agropecuários da região;
- II – Viabilizar a elaboração e execução de projetos de assistência técnica (ATER);
- III – Promover cursos, treinamentos e dias de campo entre os produtores;
- IV – Trabalhar pela efetivação de projetos de habitação popular e de interesse social, de modo a contribuir com a diminuição da pobreza;
- V – Realizar e/ou organizar feiras e ou exposições de caprinos, ovinos e outros animais;
- VI – Adquirir insumos, equipamentos e bens de consumo, necessários às atividades de suas associadas;
- VII – Reivindicar créditos e a Regularização Fundiária para os Fundos de Pasto;
- VIII – Efetivar práticas, tecnologias e infraestruturas para captação de água de chuva, como a construção de cisternas, barreiros de trincheiras familiar e comunitário, barragens subterrâneas, tanques de pedra, bomba d'água popular, dentre outras tecnologias sociais de captação de água de chuva;
- IX – Garantir a segurança alimentar e nutricional;
- X – Promover a implantação e adaptação de uma agricultura ecológica, apropriada à região semiárida, tanto nos Fundo de Pasto como nas regiões circunvizinhas;
- XI – Incentivar o sistema familiar, o associativismo e o cooperativismo;
- XII – Fortalecer a identidade cultural das comunidades de Fundo de Pasto, Sertanejas, revitalizando e incentivando diversas manifestações culturais;
- XIII – Garantir o direito a educação com ênfase na participação em projetos de alfabetização para adultos, cursos profissionalizantes, educação para juventude, dentre outros;
- XIV – Firmar parcerias com entes públicos e organizações sociais para incentivar a prática da caprinovinocultura e outras cadeias produtivas do Território;
- XV – Lutar pela garantia dos direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e cultural da juventude, das mulheres, dos povos e comunidades tradicionais através de ações de inclusão digital, inclusão sócio-produtiva, geração de emprego e renda, formação técnica e cidadã e ações recreativas e culturais.
- XVI – Prestar serviços de Assistência Social às comunidades com vulnerabilidade social dentro da sua área de abrangência;
- XVII – Experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito, como a filiação em uma cooperativa agropecuária mista.
- XVIII - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

Parágrafo Único – Para os fins do artigo anterior, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins, podendo, inclusive, o recebimento de taxas de Administração de Serviços Prestados das suas Associações filiadas, bem como, distribuir ou prometer distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, com o intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio.

Esterrira E. Ferreira



0340
8/8

Artigo 5º. A CENTRAL poderá usufruir de terras de associadas, na forma de comodato, sessão ou arrendamento ou ainda arrecadar de terceiro bem como possuir terras próprias, para alcançar seus objetivos;

Artigo 6º. A CENTRAL poderá contratar convênios com entidades públicas ou privadas, associações e/ou cooperativas, bem como receber doações em dinheiro ou bens, de pessoas, entidades ou organismos públicos ou privados, para melhor consecução dos seus objetivos;

Artigo 7º. A CENTRAL não distribui entre seus sócios, diretores ou empregados excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução dos seus objetivos sociais;

Artigo 8º. A CENTRAL se dedica as suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, através de doações de recursos físicos, humanos e financeiros bem como a prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público cuja atuação se da em áreas afins.

Artigo 9º. A CENTRAL terá um Regimento Interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

CAPÍTULO III DA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES DAS ASSOCIADAS E PENALIDADES

Artigo 10º. Poderá associar-se a CENTRAL, todas as Associações de Produtores Rurais, com personalidade jurídica, que tem como atividade econômica a caprinocultura, ovinocultura e agricultura, em regime de economia familiar, e que possa contribuir para os objetivos da CENTRAL.

I – A associação solicitante deverá estar legalmente regularizada a pelo menos um ano e de conformidade com os objetivos da CENTRAL;

II – A filiação de associações a CENTRAL se dará de acordo os critérios a seguir e o Regimento Interno:

a) Regimento formal dirigido a Coordenação Executiva;

b) Cartas de apresentação por (2) associadas;

c) Visita de conhecimento por membros do Conselho Administrativo;

d) Aprovação final pela Assembleia Geral.

Artigo 11º. A associada tem direito a:

I – Tomar parte nas Assembléias Gerais;

II – Solicitar a qualquer tempo esclarecimento sobre as atividades da CENTRAL;

III – Propor a Assembléia e o Conselho de Administração medidas de interesse à CENTRAL;

IV – Gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pela CENTRAL;

V – Votar e ser votado para membro do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;

VI – Desligar-se da CENTRAL quando convier, de acordo com o Regimento Interno;

Parágrafo 1º. Cada Associada terá direito a cinco (05) votos e de concorrer a cargos no

0440
8/8

Conselho Fiscal, Conselho Administrativo, bem como para a Secretaria Executiva.

Parágrafo 2º. Poderão concorrer ao cargo de direção da CENTRAL os dirigentes e/ ou sócios (as) das Associações filiadas. Nos casos de sócios das associações filiadas, o Diretor-Presidente da filiada deverá emitir autorização delegando poderes ao sócio eleito em Assembleia Geral, para representar a sua organização e concorrer ao cargo de diretor na CENTRAL.

Parágrafo 3º. Não será permitido o voto por procuração (verbal ou escrita).

Artigo 12º. A associada tem o dever de:

- I – Conhecer, respeitar e cumprir os Estatutos e o Regimento Interno da CENTRAL;
- II – Respeitar e cumprir as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho Administrativo;
- III – Zelar pelo patrimônio da CENTRAL;
- IV – Contribuir regularmente com a taxa de Administração aprovada pela Assembleia Geral;
- V – Satisfazer pontualmente seus compromissos com a CENTRAL;
- VI – Participar das Assembleias Gerais, encontros e outras atividades propostas.

Parágrafo 1º. A Associada que desrespeitar ou não cumprir as determinações constantes no Estatuto ou no Regimento Interno da CENTRAL, sofrerá punições de acordo com a sua infração:

- a) Advertência;
- b) Eliminação;

Parágrafo 2º. A Associação que tiver em débito com a sua obrigação, por mais de três (03) meses, não terá direito de votar e ser votado nas Assembleias Gerais;

Parágrafo 3º. – A Associada que utilizar os equipamentos coletivos tem que assumir a responsabilidade de devolver em igual estado de conservação que recebeu;

Parágrafo 4º. A eliminação será aplicada pela diretoria á associada que infringir qualquer disposição legal e estatutária, após que o infrator ter sido notificado por escrito;

Parágrafo 5º. A associada infratora poderá recorrer a Assembleia Geral, da penalidade sofrida dentro do prazo de trinta (30) dias, contando da data de sua notificação;

Parágrafo 6º. O recurso terá efeito suspensivo até a realização da próxima Assembleia Geral;

Parágrafo 7º. A eliminação considera-se a definitivo se a associada não tiver recorrido da penalidade no prazo previsto no parágrafo sexto deste artigo;

Parágrafo 8º. As infrações serão determinadas no Regimento Interno;

Parágrafo 9º. A Associada que não comparecer a 02 Assembleias Gerais Ordinárias consecutivas será excluída da CENTRAL.

Esteferrira Efferneya

4

05/10
18/8

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO E RECEITAS

Artigo 13º. O patrimônio da CENTRAL será constituído de:

- I – Benfeitorias, terrenos e construções feitas ou adquiridas pela CENTRAL;
- II – Máquinas, implementos agrícolas, bens móveis e imóveis e outros equipamentos que forem adquiridas pela CENTRAL;

Artigo 14º. Das receitas:

- I – Auxílios e doações provenientes de pessoas físicas, qualquer entidade pública ou particular, nacional ou estrangeira;
- II – Convênios com empresas, públicas, privadas, entidades nacionais e/ou estrangeiras;
- III – Receitas provenientes de serviços prestados;
- IV – Projetos produtivos de investimentos e custeios;
- V – Contribuições das próprias associadas;
- VI – Das contribuições das entidades associadas;

Parágrafo 1º. A entidade poderá instituir os seguintes benefícios, independentemente de certificação para fins colaboração com sua manutenção e custeio:

- I – Receber doações de empresas, até o limite de 2% (dois por cento) de sua receita bruta;
- II – Receber bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- III – Distribuir ou prometer distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, com o intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio.


Parágrafo 2º. Fica vedada por qualquer forma a distribuição de parcelas do patrimônio ou das receitas da CENTRAL, a título de lucro ou participação no resultado, assim como a distribuição de lucros bonificações ou vantagens a dirigentes ou mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;

Parágrafo 3º. A CENTRAL aplicará os seus recursos, integralmente no país, na manutenção dos seus objetivos institucionais;

Parágrafo 4º. Fica vedada por qualquer forma a remuneração dos cargos do Conselho Fiscal e do Conselho Administrativo;

CAPÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 15º. São órgãos Administrativos e Deliberativos da CENTRAL:

- I – Assembleia Geral
 - II – Conselho Fiscal
 - III – Conselho Administrativo
 - IV – Secretaria Executiva
 - V – Coordenação Executiva
- 

06/10
[assinatura]

CAPÍTULO VI
DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 16º. A Assembleia Geral é o Órgão soberano da CENTRAL, dentro do limite da Lei e deste Estatuto, tomará toda e qualquer decisão de interesse da Organização e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes;

- I – A Assembleia Geral será convocada e presidida pela Coordenação Executiva, Ordinariamente uma vez por ano no primeiro trimestre e, extraordinariamente, quando for necessário;
- II – O prazo de convocação da Assembleia Geral Ordinária será no mínimo de 30 (trinta) dias antes e Extraordinária, será no mínimo 15 (quinze) dias antes, ambas mediante Edital de Convocação;
- III – A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administrativo, pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 das associadas em dias, quando não convocada pelo órgão competente;

Artigo 17º. Compete a Assembleia Geral Ordinária:

- I – Eleger os Membros para compor o Conselho Administrativo e seus respectivos suplentes;
- II – Eleger os Membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes;
- III – Eleger um Membro para a Secretaria Executiva.
- IV – Eleger um Membro para a Coordenação Executiva.
- V – Aprovar o plano orçamentário para o ano/exercício seguinte, o Relatório de Atividades, o Balanço Geral e a Prestação de Contas do exercício anterior;
- VI – Examinar e aprovar previamente as propostas do Conselho Administrativo referente à alienação de imóveis e doações com encargos;
- VII – Aprovar taxas de contribuição das associadas;

Parágrafo 1º. A Assembleia escolherá uma comissão composta de três pessoas para coordenar o processo eleitoral dos cargos para os Conselhos Administrativo e Fiscal, para a Coordenação Executiva e da Secretaria Executiva, onde a mesma não terá poder de voto;

Parágrafo 2º. A votação será por voto secreto e apuração se dará logo após o término da votação;

Parágrafo 3º. Depois de realizada a eleição para os cargos, será proclamado os eleitos em Assembleia e imediatamente empossados;

Parágrafo 4º. A Ata da eleição e posse dos dirigentes da CENTRAL será lavrada no livro de Ata da Assembleia Geral;

Artigo 18º. Compete a Assembleia Geral Extraordinária, quando e expressamente convocada por que possa fazê-la:

- I – Proceder às alterações dos Estatutos Sociais e do Regimento Interno;
- II – Destituir os membros do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal, da Secretaria Executiva e da Coordenação Executiva;
- III – Deliberar sobre os demais assuntos para os quais for convocada;
- IV – Aprovar a extinção da CENTRAL;

- 07/10
8/8
- V – Eleger comissão provisória no caso de vacância, com o mandato até a Assembleia Próxima;
 - VI – Votar a Ata da Assembleia;

Artigo 19º. A Assembleia Geral será constituída por 05 (cinco) representantes, de cada Associação filiada.

Parágrafo Único – A representação a que se refere esse artigo trata-se do presidente e mais quatro sócios (as) da associação filiada a CENTRAL;

Artigo 20º. As convocações referidas no artigo anterior só efetivarão:

- I – Em primeira convocação, se publicado os respectivos editais com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em locais públicos, mencionando o local, dia e hora da reunião, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados em dias;
- II – Em segunda convocação uma hora após, verificando a divulgação dos editais a que se refere o item anterior, com 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) das associadas;

Parágrafo Único – Caso não estabeleça a Assembleia, fica imediatamente convocada à para 15 (quinze) dias após;

CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL

Artigo 21º. O Conselho Fiscal é o Órgão auxiliar do Conselho Administrativo, da Secretaria Executiva e da Coordenação Executiva, constituído por 03 (três) membros efetivos e 01 (um) suplente, todos eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos 2/3 dos membros;

- I – Reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente quando convier;
- II – Serão eleitos dentre os Conselheiros, os cargos de presidente, que convocará e coordenará as reuniões e de secretários, que responsabilizará pelas atas e livros do Conselho;

Artigo 22º. Compete ao CONSELHO FISCAL:

- I – Examinar os livros contábeis de escrituração da CENTRAL, o estado do caixa dos valores em depósitos, devendo os demais órgãos fornecer-lhes a informação solicitada;
- II – Lavrar no Livro de Atas o parecer do Conselho Fiscal, referentes aos resultados dos exames a que proceder e os processos que emitir;
- III – Apresentar a Assembleia Geral Ordinária parecer indicativo de aprovação ou desaprovação sobre o relatório de atividades a prestação de contas e balanço geral da CENTRAL, do exercício anterior;
- IV – Manifestar-se sobre a alienação de imóveis e a aceitação de doações com encargos;
- V – Denunciar a Assembleia Geral Ordinária os erros, fraudes ou crimes, que por ventura descobrir, sugerindo as medidas que reputar úteis a CENTRAL;
- VI – Convocar a Assembleia Geral Ordinária se o Conselho Administrativo retardar por mais de 30 (trinta) dias sua convocação e, a extraordinariamente sempre que ocorrer motivos graves e relevantes;

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal terá livre acesso a todos os documentos da CENTRAL que julgar oportuno para o exercício de sua função;

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Artigo 23º. O Conselho Administrativo é constituído por 03 (três) conselheiros titulares e 01 (um) suplente com um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos 2/3 (dois terços) dos membros;

I – As decisões do Conselho Administrativo serão tomadas por maioria simples, todos com direito a 01 (um) voto;

II – O Conselho Administrativo reunir-se-á Ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando convier;

III – Dentre os membros Conselho Administrativo será eleito um Secretário de Livros e Atas;

Artigo 24º. Compete ao CONSELHO ADMINISTRATIVO

I – Deliberar sobre a contratação e demissão de pessoal.

II – Criar comissões de serviços, quando convier;

III – Propor o Regimento Interno;

IV – Deliberar sobre quaisquer outros assuntos, desde que não contrarie o disposto no artigo 13º e 14º deste Estatuto;

Artigo 25º. Compete ao SECRETÁRIO DE LIVROS E ATAS:

I – Secretariar e lavrar as Atas de reuniões do Conselho Administrativo e das Assembleias Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes;

II – Assinar em conjunto com a Coordenação Executiva, contratos e documentos constitutivos de obrigações;

CAPÍTULO IX DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Artigo 26º. COORDENAÇÃO EXECUTIVA é o órgão da Administração assumida por um membro sócio de uma das Associações filiadas a CENTRAL, eleito pela Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleito por igual período.

Artigo 27º. Compete a COORDENAÇÃO EXECUTIVA:

I – Representar social, política e judicialmente a CENTRAL;

II – Convocar e Presidir as Assembleias e reuniões do Conselho Administrativo;

III – Assinar Cheques, Duplicatas e contratos bancários em conjunto com a Secretaria Executiva;

IV – Planejar, organizar, controlar e estimular as atividades Administrativas, de pessoal, de finanças e contábil dos programas de trabalho, cabendo-lhe traçar a política e diretrizes para o funcionamento global da CENTRAL.

Edson Pereira

[Assinatura]

09/10
[assinatura]

CAPÍTULO X
DA SECRETARIA EXECUTIVA

Artigo 28º. A SECRETARIA EXECUTIVA é o órgão da Administração assumida por um membro sócio de uma das Associações filiadas a CENTRAL, eleito pela Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleito por igual período.

Artigo 29º. Compete a SECRETARIA EXECUTIVA:

- I – Zelar pela ordem financeira e contábil da CENTRAL;
- II – Assinar Cheques, Duplicatas e contratos bancários em conjunto com a Coordenação Executiva;

CAPÍTULO XI
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 30º. A prestação de contas da Instituição observará no mínimo:

- I – Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II – Publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.
- III – A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos, objeto de Termo de Parceira, conforme previsto em regulamento.

Parágrafo Primeiro – A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo Segundo – Sempre que possível as contas serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral levantado a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO XII
DO PROCESSO ELEITORAL

Artigo 31º. O processo eleitoral se dará por votação em cédula assinada pelo presidente da comissão formada para validar o processo.

Artigo 32º. Pode concorrer a cargos da CENTRAL, diretores das filiadas ou associados indicados por suas Associações em Assembleia Geral.

Parágrafo Único – não havendo suplente, proceder-se-á eleição de outro conselheiro conforme o disposto no artigo 15º deste Estatuto;

10/10
28/8

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS GERAIS E FINAIS

Artigo 33º. Os impasses que ponham em causa a continuidade ou existência da CENTRAL serão levados à soberana decisão da Assembleia Geral;

Artigo 34º. Em caso de impedimento prolongado, renúncia ou morte de um dos conselheiros, a função vacante será exercida pelo suplente;

Artigo 35º. Em caso de afastamento temporário, impedimento prolongado, renúncia ou morte dos membros da Secretaria Executiva ou da Coordenação Executiva, será convocada imediatamente uma Assembleia Extraordinária para a eleição e posse do novo membro substituto;

Parágrafo Único – sendo afastamento temporário ou impedimento prolongado, a substituição será interinamente de acordo com o prazo determinado pela Assembleia. Nos casos de renúncia ou morte, a substituição será até o fim do mandato iniciado juntamente com os demais membros da CENTRAL.

Artigo 36º. A CENTRAL extinguir-se-á mediante o voto de 4/5 (quatro quintos) no mínimo da totalidade dos membros que compõe a Assembleia Geral;


Artigo 37º. Em caso de extinção e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio líquido, será destinado a entidades de fins não econômicos, cadastradas no Conselho Nacional de Serviço Social ou por deliberação das associadas a instituições municipais, estaduais ou federais, de fins idênticos ou semelhantes;

Artigo 38º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Administrativo;

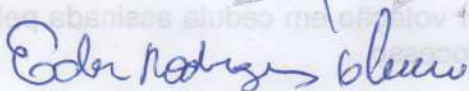
Artigo 39º. O presente Estatuto entrará em vigor depois de aprovado pela Assembleia Geral e será devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 40º. O regimento interno regulamentará esse Estatuto;

Oliveira dos Brejinhos, 28 de março de 2016.


Eliane de Oliveira Ferreira dos Santos

Eliane de Oliveira Ferreira dos Santos
Coordenadora Executiva da CENTRAL


Elenice Rosa Ferreira

Elenice Rosa Ferreira
Secretária de Livros e Atas da CENTRAL


REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Protocolo A-02 060 Sub nº 1903

Livro A-02 053-Verso 047-A N.13

Oliveira dos Brejinhos, 10 / 08 / 2016


José Carlos S. Pereira Junior
Oficial Substituto
Cad. 901.955-3

Reconheço a(s) firma(s) retro e supra indicada pela
sete com o sinal público de meu uso.
Em Teste  Da verdade
Oliveira dos Brejinhos, 28.03.16



